

CIES e-Working Paper N.º 135/2012

**Será possível profissionalizar uma ciência?
Cientificidade, profissionalização e questões
deontológicas na sociologia**

João Mineiro

João Mineiro é estudante de Sociologia no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Tem trabalhado, no âmbito da licenciatura, a problemática das classes sociais, da cultura e da desigualdade de género. Recebeu o Prémio de Excelência Académica e o Prémio de Mérito pela mesma instituição.

Resumo¹

A consolidação da sociologia em Portugal a seguir ao 25 de Abril contribuiu para que o campo da investigação científica em sociologia nas universidades portuguesas se desenvolvesse a um ritmo exponencial e para que as práticas profissionais dos sociólogos se alargassem a muitas áreas e setores fora das universidades. Desta consolidação do campo científico académico e do campo profissional da sociologia resultaram novos debates sobre a relação entre ciência e profissão, sobre os papéis e as culturas profissionais dos sociólogos e sobre as exigências deontológicas a elas associadas. É esse o debate que pretendo retomar nesta reflexão. A partir da análise de sete casos de sociólogos em setores profissionais diferenciados, procurarei, em primeiro lugar, pensar quais as potencialidades da relação entre a exigência da cientificidade e a profissionalização dos sociólogos, em segundo lugar, explorar a ligação dessa relação com as culturas profissionais dos sociólogos e, em terceiro lugar, refletir sobre as questões deontológicas e a responsabilidade crítica dos sociólogos nos diversos setores profissionais.

Palavras-chave: sociologia, profissionalização, ciência, culturas profissionais, deontologia.

Abstract

The consolidation of sociology in Portugal after the “Carnation Revolution” prompted the sociological field – and its inherent scientific research – to develop at an exponential rate in Portuguese universities. Furthermore, the professional practices and abilities of sociologists widened the possible areas of intervention in sectors outside academia. The consolidation and development of both the scientific and professional field of sociology, led to the rise of new debates between the relationship between science and profession, about the roles and professional cultures on the sociological and ethical requirements associated with them. That is the debate we intend to pursue in this reflection. Taking into account the analysis of seven cases of sociologist in different professional sectors, we will firstly consider what the strengths in a relationship between the requirement of scientific and professional sociologists, secondly, we will explore the intrinsic connections of this relationship with the professional cultures of sociology, leading us, thirdly, to reflect on the ethical considerations and critical responsibility that sociologists possess in various professional sectors.

Keywords: sociology, professionalization, science, professional cultures, deontology.

¹ Este artigo é uma versão revista e aprofundada de um trabalho académico desenvolvido no âmbito da UC Laboratório de Ética e Profissão em Sociologia e foi escrito segundo as normas do novo Acordo Ortográfico, excetuando citações de autores.

I – Ciência e profissão: perguntas e pontos de partida

Falar da sociologia no contexto dos seus percursos e caminhos na sociedade portuguesa pode conduzir-nos a três conceções distintas. A primeira é a da sociologia como ciência, ou seja, falar da sociologia associada a quadros conceptuais e teóricos desenvolvidos a partir de bases empíricas apreendidas num contexto de investigação científica. A segunda é a da sociologia como formação, ou seja, como o conjunto de saberes e competências, programas e disciplinas que compõem a oferta do sistema formal de ensino, no secundário e no superior. A terceira é a da sociologia como profissão, ou seja, na multiplicidade de campos de profissionalização em que o sociólogo experiencia a prática profissional da sociologia. Como esclarece António Firmino da Costa (2004: 37): “O mais importante é que, hoje, na sociologia, estas três componentes não existem umas sem as outras. As dinâmicas, presentes e futuras, de cada uma delas, e da sociologia no seu conjunto, dependem cada vez mais da respectiva articulação.”

O entendimento da sociologia que aqui discuto advém dessa necessidade de a ver como a articulação entre a sua componente científica, profissional e educacional. Contudo, a orientação que darei à reflexão tem como ponto de partida a seguinte pergunta: será possível profissionalizar uma ciência?

Esta não é uma questão unívoca, porque através dela procuro chegar a respostas sobre perguntas intermédias que se situam na amplitude da questão de partida: pode existir uma relação “honesta” entre os pressupostos científicos da sociologia e a sua prática profissional? Que potencialidades e tensões se encontram na relação entre a ciência e a profissionalização? A ideia da cientificidade da sociologia (ou da representação sobre a cientificidade da sociologia) adquirida na formação é reconfigurada no decurso das trajetórias profissionais dos sociólogos? Que fatores da sociologia como ciência são estruturantes para compreender as culturas profissionais dos sociólogos nos diversos campos profissionais? Que relações existem entre o campo cognitivo, epistemológico e deontológico da sociologia?

Para pensar estas perguntas e tantas outras que se formam do decurso da análise, entrevistei sete sociólogos com uma grande amplitude de práticas profissionais. Carla trabalha atualmente numa IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), num lar de idosos, tendo já trabalhado, ao nível da intervenção comunitária, em projetos contra a pobreza, a toxicodependência, no desenvolvimento territorial e numa equipa multidisciplinar numa escola. Joana está atualmente desempregada mas já trabalhou em recolha e tratamento estatístico, em projetos de apoio comunitário ligados à violência de género e a bairros sociais, bem como na formação e elaboração de projetos. Maria é professora de Sociologia no ensino

secundário. Vera foi assistente de investigação e tem trabalhado no âmbito da política parlamentar. Mariana trabalhou em recursos humanos e atualmente exerce funções em gestão universitária. Rúben trabalha na área do teatro do oprimido, como experiência de ligação entre o teatro participativo e a intervenção social e comunitária, e já trabalhou na atividade política parlamentar. João trabalha em equipas multidisciplinares numa autarquia.² Em anexo, encontra-se um quadro-síntese onde procurei traçar um retrato transversal de alguns dos aspetos que caracterizam os sete entrevistados nas dimensões da “ciência”, “formação” e “profissão”.

II – Cientificidade, uma arma profissional?

As relações de produção da cientificidade na sociologia são complexas e devem ser constantemente analisadas. Questões epistemológicas como a tendência para a individualização da explicação dos fenómenos sociais, o etnocentrismo, a relação de tensão permanente entre os problemas sociais e os problemas sociológicos, que por vezes nos levam a desconstruir categorias apriorísticas e ângulos de visão normativos sobre os quais questionamos a realidade (Lenoir, 1996), para usar uma formulação de Augusto Santos Silva, o “efeito de naturalização dos factos sociais” (Silva, 1986: 32) são questões de grande importância para a investigação sociológica académica, mas também para a prática profissional dos sociólogos. Se os obstáculos epistemológicos à produção de conhecimento em sociologia devem ser constantemente pensados, também é verdade que a discussão sobre a cientificidade da sociologia é uma discussão que não desapareceu.

Se a sociologia partilha, como as outras ciências, um conjunto de conceitos, teorias, métodos e procedimentos de verificação, só por uma questão instrumental poderíamos aceitar a rejeição do discurso científico em sociologia: é que “uma das maneiras de pôr de lado verdades incómodas é dizer que não são científicas, o que equivale a dizer que são ‘políticas’, quer dizer suscitadas pelo ‘interesse’ ou ‘paixão’, portanto relativas e relativizáveis” (Bourdieu, 2003: 25).

É essa representação da “sociologia incómoda” de que nos fala Bourdieu, extremamente impertinente, desafiadora, subversiva e rigorosa, capaz de, nas palavras de Adérito Sedas Nunes, ver “para além das fachadas das estruturas sociais” (Nunes, 1982), que quero preservar na discussão sobre a profissionalização da sociologia, porque me parece confirmada a hipótese de Bourdieu de que “a sociologia tem mais probabilidade de frustrar ou

² Todos os nomes dos sociólogos entrevistados são fictícios. Qualquer semelhança com a realidade é pura coincidência.

contrariar os poderes quanto melhor preencher a sua função propriamente científica” (Bourdieu, 2003: 31). Qualquer tentativa de a reduzir a outro estatuto me parece suspeita.

A minha hipótese é a de que a cientificidade do conhecimento sociológico como objetivo profissional, como direção epistemológica, como processo metodológico e como referência teórica, é uma arma profissional fundamental para os sociólogos que trabalham fora da investigação académica, é uma potencialidade única na profissionalização dos sociólogos em diversos setores e um fator de diferenciação essencial com as outras ciências e profissões.

Há nas sociedades contemporâneas duas modalidades ideais típicas fundamentais de relação entre a formação e a profissão:

A da relação formação/profissão unívocas, em que a um curso corresponde basicamente uma profissão, e a das relações formação/profissão múltipovas, nas quais a formação tem, regra geral, uma articulação menos nítida com um (pré) determinado sector de profissionalização (Costa, 2004: 47).

A sociologia é claramente um exemplo do segundo caso. Deste modo, tentarei sintetizar o que me parecem ser potencialidades comuns da cientificidade da sociologia nos diversos campos profissionais em que ela é aplicada.

A primeira é a de que a preocupação com a cientificidade quando se aborda um fenómeno é uma ferramenta fundamental na prática profissional. A ciência, o raciocínio e o olhar científico (mesmo que apenas como orientação) são uma forma de olhar a realidade que tenta rejeitar os preconceitos, as respostas imediatas e a aparência da realidade social: *O que nos diferencia é a forma como o sociólogo olha para o fenómeno. A forma como o observa, como o trata, como analisa* (Carla).

Essa capacidade de leitura reflexiva e de raciocínio científico sobre a realidade social é realçada na entrevista de Carla: *Perante um determinado fenómeno eu sei como hei de analisá-lo. E isso foi-nos dado ao nível das licenciaturas. As ferramentas são-nos dadas na licenciatura.*

Maria, a propósito da relação entre a formação sociológica e a prática educativa, afirma: *Eu, como professora, já tive que dar coisas que não aprendi na faculdade, mas eu tinha ferramentas ao nível do tipo raciocínio.* Joana denota que na sua prática profissional continua a fazer da sociologia uma ciência *enquanto uma perspetiva específica de leitura e análise sobre o real e também no âmbito da investigação-ação.* Desta característica dá também conta Fernando Luís Machado, quando afirma:

Sejam quais forem esses papéis [profissionais] e as inserções institucionais onde eles se desenvolvem, sejam elas universitárias ou não universitárias, pode dizer-se que a prática

profissional quotidiana de um sociólogo não se compadece com rotinas não-reflexivas. Quanto menos reflexiva for essa prática, menos sociológica tenderá ela a ser, mesmo nos casos, ou até principalmente neles, em que se seja detentor de técnicas operatórias muito sofisticadas (Machado, 1996: 87).

Contudo, se para o entrevistado Rúben *a formação em sociologia foi fundamental para desenvolver uma visão crítica acerca da sociedade*, sendo a formação sociológica *muito importante no modo como olho para os problemas*, a reflexividade sociológica leva-o à rejeição da associação entre a cientificidade e a neutralidade: *Não há conhecimento que não seja situado e contextual e [na sua opinião] todas as escolhas teóricas, epistemológicas e metodológicas resultam de opções sociais e políticas que devem ser explicitadas*. De resto, esta preocupação é também expressa, e bem, por Fernando Luís Machado, quando afirma que um resultado do défice de reflexividade sociológica é a presunção que a prática profissional dos sociólogos nas universidades não se exerce num quadro de relação de poder, como em todas as instituições (Machado, 1996: 92).

A segunda potencialidade é a de que a formação da cientificidade também se busca através de técnicas de recolha bibliográfica e teórica. Não se faz ciência sem se perceber o que é que já foi escrito, feito e pensado até agora sobre o fenómeno que analisamos. Essa técnica de recolha e de “inventariação teórica” é uma grande potencialidade profissional. Os vários sociólogos entrevistados referem que as ferramentas que adquiriram na licenciatura ao nível da recolha, pesquisa e tratamento de bibliografia sobre os fenómenos que estudam são ferramentas cruciais para os projetos e competências que desenvolvem.

Uma terceira potencialidade da cientificidade da sociologia para a prática profissional prende-se com ferramentas como, para citar a entrevistada Joana, *o delinear objetivos, estratégias, o diagnóstico de ação, desenho de projetos, elaboração de inquéritos, guiões de entrevistas, entrevistas de grupo, diagnósticos de necessidades, tratamento da informação, etc*. Ou seja, há uma série de competências e ferramentas metodológicas e de verificação, por norma especialmente vocacionadas para a investigação científica académica, que também segundo Rúben *devem produzir conhecimento a partir dos protocolos de cientificidade que a disciplina foi desenvolvendo, assegurando um elevado grau de rigor e objetividade*. De acordo com o que defendo aqui, estas são potencialidades fundamentais para áreas de profissionalização não ligadas à investigação. Por outro lado, é tão útil este recurso como a facilidade de trabalho em equipa, como a entrevistada Mariana afirma: *A perspetiva do trabalho em equipa está sempre presente e a relação com outros grupos (internos ou externos às instituições) é facilitada para quem tem na sua formação inicial a perspetiva sociológica*.

Os sociólogos entrevistados para esta análise conjugam nas suas práticas profissionais três géneros de competências que António Firmino da Costa (2004) também identificara: a) os saberes e competências de base, diretamente ligados à formação universitária; b) os saberes e competências contextuais, decorrentes da experiência profissional adquirida nos contextos de atividade; e c) os saberes e competências complementares, obtidos em cursos de formação que prolongam a formação inicial.

A estes saberes proponho acrescentar uma quarta potencialidade da cientificidade da sociologia para a prática profissional, que decorre da própria representação, muito partilhada por sociólogos e não sociólogos, de que estes são “profissionais científicos” com elevados padrões de exigência sobre o seu trabalho e por isso têm a capacidade de ligar os saberes e competências de base aos saberes contextuais e às formações complementares.

Estas observações são corroboradas nas experiências e trajetórias profissionais dos entrevistados. Carla fez formação em elaboração de projetos, formação, avaliação e gestão de projetos, informática, SPSS, Excel, PowerPoint. Joana fez formações sobre igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, técnicas de teatro do oprimido, técnicas de expressividade, gestão de conflitos, competências para a prevenção e gestão da violência. Maria fez formação extracurricular ligada à sociologia e à pedagogia, coordenação de animação sociocultural e ocupação dos tempos livres. Mariana depois do curso realizou uma pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos. João seguiu gestão e coordenação de projetos e Rúben, na área do teatro, desenvolveu formação em intervenção social utilizando as artes performativas.

Nas experiências referenciadas, a primeira socióloga, porque ganhou competências contextuais em projetos comunitários, fez formação para os aprofundar e ligar às formações de base. A segunda socióloga, porque trabalhava em questões de género e violência, adquiriu formação para o aprofundamento do seu trabalho de campo. A terceira, porque é professora, fez formação no sentido de ligar a sua competência de base, a sociologia como formação, à sua realidade profissional e aos seus saberes contextuais, a escola. A quarta fez a pós-graduação em recursos humanos porque esteve ligada a um projeto do Fundo Social Europeu, *apoiando empresas, organizando cursos de formação profissional e sendo responsável pela organização processual e administrativa de cada curso da sua escola na universidade*. O quinto desenvolveu formação no sentido de ligar o trabalho sociológico à necessidade de construção de projetos em autarquias. O sexto no sentido de aprofundar as potencialidades do seu trabalho na área do teatro participativo e da intervenção social.

Assim, poderia sintetizar uma quinta potencialidade da ideia de cientificidade na prática profissional ligada às quatro anteriores, e para retomar a conceptualização de António Firmino da Costa, os sociólogos nas suas múltiplas práticas profissionais podem desenvolver quatro tipos de competências: competências teóricas, competências metodológicas, competências relacionais e competências operatórias (Costa, 2004: 55). Parece-me que as quatro potencialidades atrás sistematizadas articulam estas competências que, sob os casos analisados nesta e noutras análises, me parecem ser a base da transposição do campo científico propriamente dito para o campo profissional.

Contudo, se nesta sistematização estes fatores e potencialidades parecem encaixar naquilo que é a experiência profissional dos sociólogos analisados, a questão da profissionalização da sociologia é mais complexa e deve-nos levar a outra discussão: não apenas pensar como a sociologia enquanto ciência tem potencialidades profissionais mas também como, igualmente em torno dessas potencialidades, são construídos os papéis profissionais dos sociólogos. Na verdade, como refere Fernando Luís Machado (1996: 44), “os papéis profissionais não estão previamente construídos à entrada, vão-se antes construindo gradualmente, o que não deixa, aliás, de dar origem a discussões e equívocos identitários sobre o que é ser sociólogo”. É essa a discussão que me proponho retomar.

III – Ciência, representações e culturas profissionais

Os sociólogos, assim como os outros profissionais, desenvolvem um conjunto de valores, normas e representações sobre a sociologia como disciplina científica e como atividade profissional, a que se pode genericamente chamar “cultura profissional dos sociólogos” (Costa, 1998). Nesta dimensão, uma primeira questão a ser abordada será naturalmente a forma como os sociólogos entrevistados se autodefinem profissionalmente. Joana e Carla definem-se como sociólogas: *Sempre como socióloga, atenta aos vários atores em presença e à descodificação dos seus discursos e não uma mera aplicadora de técnicas, instrumentos a testar* (Joana); *Sempre trabalhei na área pela qual me formei. Eu sinto-me socióloga. Se eu estou formada e aplico sociologia tenho de me classificar como socióloga* (Carla). Mariana embora se autoperceciona também como socióloga, afirma: *A minha experiência profissional tem-me permitido o contacto com realidades diferenciadas e, obviamente, influencia a forma como eu vejo a sociologia e o papel dos sociólogos*. Maria, Vera, João e Rúben não assumem tanta certeza: *A minha formação determinou muito do que fui fazendo de mim* (Vera); *Eu sinto que sou mais professora do que socióloga, porque eu não*

faço investigação. Mas também me sinto um bocadinho socióloga, sim (Maria); Por um lado sou sociólogo, mas por outro também me sinto às vezes técnico de projetos, outras vezes administrativo e outras assistente social (João); Sinto que a minha formação sociológica é muito importante no modo como olho para os problemas (Rúben).

Se a “contaminação” da reflexividade sociológica para campos profissionais fora do circuito académico se desenvolveu acompanhada de um processo mais vasto de aprofundamento da reflexividade das sociedades contemporâneas (Touraine, 1973; Giddens, 1992), também é verdade que no caso português o fortalecimento da sociologia, em primeiro lugar, ligado a transformações estruturais da sociedade portuguesa a seguir ao 25 de Abril e, em segundo lugar, à consolidação institucional do campo da sociologia nos trouxe novos debates sobre aquilo a que Fernando Luís Machado (1996) chama “epistemologia das profissões”, enquanto conceptualização das relações triangulares entre “reflexividade social, profissionalização dos sociólogos e conhecimento sociológico” (Machado, 1996: 83).

A propósito da cultura profissional dos sociólogos e do seu processo de construção, António Firmino da Costa (1988) identifica quatro questões centrais: a) o modelo cultural de dissociação entre ciência e profissão; b) a relação entre problemas sociais e problemas sociológicos; c) a autorreflexividade sociológica da sociologia; d) os diversos paradigmas e diferentes formas de conceber o trabalho sociológico.

É frequente na cultura profissional dos sociólogos a ideia de que quem faz sociologia não exerce uma profissão. E que quem exerce uma profissão não faz sociologia. Esta cultura de dissociação entre a ciência e a profissão parece fundada “na maneira como na cultura profissional dos sociólogos se incrustam normas genéricas do *ethos* da ciência” (Costa, 1988: 111) e, por outro lado, “tem a ver com uma curiosa tendência – de que já Lévi-Strauss dava conta referindo-se aos seus tempos de estudantes, nos anos 20 –, de os estudantes universitários se dividirem entre os que procuram a universidade para conseguirem uma profissão e os que a procuram para não ter uma profissão” (Costa, 1988: 111). Observamos esta cultura de dissociação em Maria: *Eu sinto que sou mais professora do que socióloga, porque eu não faço investigação.* E, por outro lado, a sua recusa em Joana e em Rúben: *[A ideia de cientificidade e intervenção social] é compatível no sentido em que no trabalho de intervenção social está subjacente aplicar-se uma série de princípios, procedimentos metodológicos e operacionalização de conceitos da sociologia enquanto ciência. Tudo isso é o que possibilita fazer intervenção social (Joana); Sim, [a sociologia] é uma das ciências no campo da ciência social. É um ofício, também. E um modo de relação com a realidade (Rúben).*

Outra questão que suscita reflexão a respeito das culturas profissionais dos sociólogos tem que ver com a relação entre os problemas sociais e os problemas sociológicos. Perante as exigências dos empregadores, financiadores, comunicação social e demais entidades, a necessidade de o sociólogo se manter fora dos jogos de interesse e de poder, no sentido da exigência científica e analítica, pode estar comprometida. Colocando o exemplo trazido a debate por António Firmino da Costa: “Se se lhes coloca a perspectiva de um emprego num ministério, autarquia ou numa empresa, das duas uma: ou não o aceitam ou, se o aceitam, é com má consciência, por irem infringir os preceitos normativos da sociologia” (Costa, 1988: 112).

Enquadro nesta orientação Joana, quando refere que *a sociologia permite fazer mudanças nas estruturas, nas mentalidades, nos grupos, nas pessoas... Há estudos sociológicos em vários domínios que não são postos em prática, que ficam na gaveta, que não servem porque não convém, porque há outros interesses em jogo que surgem como obstáculos à investigação sociológica*; ou no mesmo seguimento Maria, quando realça que *o melhor é ter consciência desses obstáculos [envolvimento do sociólogo em relação ao objeto que estuda] e não considerar que se consegue a objetividade total*; Mariana ao afirmar que *se deve estar sempre atento às mudanças e intervir à sua medida, pois qualquer mudança tecnológica, por exemplo, tem impacto ao nível da sociedade*, esclarecendo que *nessa relação se pode ser mais ou menos interventivo (por exemplo, mais interventivo nesta fase de crise económica e social que atravessamos, com o papel fundamental do sindicatos na defesa dos direitos dos trabalhadores), mais técnico quando se aplica metodologias de análise adquiridas em trabalhos de investigação, [...] ou fazer análises sociopolíticas em artigos, em comentários para publicações de cariz científico*; João afirma que *a relação entre a conceção de projetos e os problemas sociais por vezes é difícil, mas os sociólogos foram treinados para isso, têm competência para saber gerir essa tensão*; Rúben, por seu turno, sintetiza as vantagens operativas da gestão honesta dessa relação, afirmando que *as regras do campo científico, do campo cultural ou do campo político são diferentes. Creio que essa diferenciação é uma vantagem operativa que nos permite desenvolver a especificidade de cada campo e construir um património importante de protocolos sobre as suas regras. É importante salientar que a sociologia, porque é desde sempre pluriparadigmática, tem essa diversidade muito fortemente incorporada na sua identidade, e isso é positivo e deve ser presente nas identidades profissionais que se desenvolvem*.

A autorreflexividade sociológica é outra das questões centrais da formação das culturas profissionais. A forma como os sociólogos se pensam nas profissões que exercem e

como representam o trabalho que fazem é estruturante para perceber como a sociologia se autorreflete. Essa autorreflexão deve até partir para uma atualização da relação entre ciência e profissionalização. A capacidade da sociologia de se pensar a si própria e a consciência crítica do seu próprio papel e posicionamento na sociedade leva-me à rejeição de uma qualquer tentativa reducionista e binária entre ciência e profissão. Como sugere António Firmino da Costa, “‘Ciência e profissão’ não constituem um jogo de soma nula, em que para se ganhar num lado se tivesse que perder o outro. Pelo contrário, têm todas as condições de proporcionar resultantes aditivas de potenciação recíproca.” (Costa, 1988: 116).

O mesmo autor refere que a formação dos estudantes deveria ter incluído um estágio. Essa sugestão é partilhada por Carla: *Devia haver possibilidade de desenvolvimento de um estágio curricular. Ao longo da licenciatura.* Contudo, parece um erro pensar-se que a adequação do ensino da sociologia às exigências de profissionalização se pode fazer à custa do empobrecimento das componentes teóricas, epistemológicas ou metodológicas de base (Costa, 1988). Desta forma, como demonstram as entrevistas realizadas, e como assinala também António Firmino da Costa (*idem*), o modelo ideal-típico de “cultura de dissociação entre a ciência e a profissão” está a perder terreno para a “cultura de associação entre ciência e profissão”.

Num contexto de trabalho em equipas multidisciplinares, podemos constatar que muito do discurso sobre a identidade sociológica no campo profissional também se faz em oposição a profissões de outras áreas: *O sociólogo estuda sempre o conjunto. Não é tentar resolver os problemas, é fazer uma análise mais sistemática, o mais pormenorizada do fenómeno, não é tanto delinear as soluções. Isso compete mais à psicóloga, ligada às estratégias individuais de cada um deles. [...] Eu penso que o que nos diferencia é a forma como o sociólogo olha para o fenómeno. A forma como o observa, com o trata, como o analisa* (Carla); *Toda a gente nas autarquias por que passei percebe porque é que não há boas equipas multidisciplinares sem um sociólogo que pense estruturalmente os problemas* (João). Se, por um lado, a sociologia pensa o conjunto, ela é também *bastante útil para fazer diagnósticos reais das necessidades* (Joana).

Outra questão relacionada com a cultura profissional dos sociólogos, também ligada à intervenção social e comunitária, refere-se ao papel da sociologia que Joana sustenta como *denunciar as desigualdades sociais, o que não funciona no sistema, e contribuir progressivamente para mudar as culturas institucionais extremamente arreigadas, denunciar a violação de direitos mesmo quando isso pressupõe pôr em causa o “politicamente correto”. Valorizar e motivar cada vez mais os grupos para agir enquanto sujeitos sociais.* Na mesma

linha de argumentação, Vera assinala que o papel da sociologia é *conhecer melhor a sociedade, para enunciar caminhos para a transformar*; João: *Sem sociologia, dezenas de problemas estruturais ficavam por resolver*; e Rúben: *[Os sociólogos] devem colocar o seu saber e as suas competências ao serviço da sociedade e da sua transformação, recusando a instrumentalização do seu ofício profissional pelo mercado ou o seu condicionamento pelo Estado*. O potencial crítico da sociologia, que os sociólogos entrevistados assumem, parece ser uma potencial resposta à forma utilitarista e mercantil, para usar o exemplo de Bourdieu (2003), com que tantas vezes é feita a pergunta “Para que serve a sociologia?”. Se ela tem de “servir” para alguma coisa, então que sirva em primeiro lugar para contrariar quem quer que a sociologia viva “para servir”.

IV – Responsabilidade, crítica e ética deontológica

A sociologia não é um reduto da sociedade. A relação entre a sociologia e a sociedade ou, no nosso caso, a relação entre as práticas profissionais dos sociólogos e as outras entidades como os centros de investigação, os financiadores, os empregadores e a comunicação social conduziu à necessidade de articulação entre uma dimensão cognitiva e uma dimensão deontológica (Costa, 2004: 38). Desta forma, a sociologia sentiu necessidade de desenvolver um código deontológico, em primeiro lugar adaptado à consciência sociológica das relações sociais, das relações de poder que se geram também nas relações de profissionalização, nas mudanças sociais, nos conflitos de interesses; em segundo lugar, adaptado à pluralidade de epistemologias, de paradigmas, de quadros teóricos; em terceiro lugar, às obrigações, aos deveres e à responsabilidade dos sociólogos e menos aos seus direitos; e, em quarto lugar, garantindo uma série de princípios normativos em vez de uma regulamentação minuciosa da prática sociológica (Costa, 1993). Os princípios deste código residiram assim na responsabilidade social do sociólogo, na exigência da competência do trabalho sociológico, na autonomia da conceção e planeamento e na adesão ao código.

Carla, a propósito da tensão entre o distanciamento analítico em relação ao objeto de estudo e a necessidade de tomar posição sobre os problemas identificados, afirma que essa tensão se gere com *técnicas que aprendemos com a prática. Para já, a objetividade e a imparcialidade têm de estar sempre presentes nas investigações. Eu consigo impor limites e distanciar-me. Eu sei onde tenho de parar*. Esta necessidade de distanciamento analítico é sublinhada também por Joana, que realça que é preciso *ter sempre espírito crítico e distância analítica suficientes para obter uma visão mais global e holística sobre a realidade*. Mas se o distanciamento e o *saber onde se tem de parar* parecem ser uma exigência deontológica para

o trabalho dos sociólogos no desenvolvimento comunitário, é também sublinhada a exigência da responsabilidade social dos sociólogos: *É preciso ter sempre espírito crítico*, afirma Joana, ao passo que Maria refere que a sociologia tem o papel *de alerta, de vigilância, de estar sempre ligada à sociedade [...], tem conhecimentos, tem ferramentas para pensar, tem ferramentas para ir buscar e para relacionar as coisas*. João esclarece que *os sociólogos têm essa imensa exigência de saber olhar criticamente para a sociedade, é esse o nosso desígnio*. Vera sintetiza a necessidade de *conhecer melhor a sociedade, para enunciar caminhos para a transformar [...], conhecer ou ter distanciamento crítico não inibe opinião política, pelo contrário, fundamenta-a, e permite gizar propostas que respondam de facto aos problemas*. Rúben, por seu turno, adverte para a necessidade de os estudantes olharem para o curso, não como uma mera conversão em termos de mercado de trabalho mas, sobretudo, como uma ferramenta crítica capaz de construir cidadãos críticos e profissionais curiosos.

A avaliar pelas representações dos entrevistados e pelas experiências profissionais partilhadas, poderia dizer que essas são duas exigências que, por vezes, são difíceis de gerir: conhecer melhor a sociedade, através de um distanciamento analítico que permita uma análise científica em que os valores e as representações interfiram o menos possível (mantendo, no entanto, a consciência de que eles interferem sempre), e, simultaneamente, ter consciência da responsabilidade social da sociologia, do seu sentido crítico e das potencialidades e ferramentas para promover mudanças sociais e resolver problemas.

Outros exemplos levantados por António Firmino da Costa (2004) que exprimem estas preocupações deontológicas têm que ver com a relação entre a necessidade de publicação e de divulgação científica, relacionada com a exigência da privacidade e do anonimato do objeto de estudo que é necessário garantir, os critérios que devem preceder à recolha da informação relacionados com a consciência e aceitação voluntária da população-alvo na participação do estudo, ou a relação entre deveres profissionais e a responsabilidade social dos sociólogos.

V – Conclusões e questões em aberto para o futuro

Cientificidade, ética deontológica, responsabilidade social, consciência crítica e potencialidades transformadoras são características que se cruzam no debate sobre o desenvolvimento da sociologia. Foi esse o campo de cruzamentos que tentei explorar.

Sim, a sociologia é uma ciência. É essa a sua identidade e a sua génese. Mas também é uma profissão, uma operacionalização do saber. O que me parece conclusivo nesta análise é que a sociologia só é “profissionalizável” porque contamina todos os setores em que participa com as regras e os pressupostos da cientificidade. Seja no tipo de raciocínio e de olhar

específico sobre a realidade, que tenta rejeitar os preconceitos, as respostas imediatas e a aparência da realidade social, seja na ativação de técnicas de recolha bibliográfica e teórica, seja no uso de competências e ferramentas metodológicas e de verificação, na capacidade de articulação dos saberes e competências de base, aos saberes contextuais e às formações complementares, seja na operacionalização da articulação entre competências teóricas, metodológicas, relacionais e operatórias.

A necessidade de autonomia em relação a qualquer lógica de condicionamento do pensamento sociológico, e da aplicação dos pressupostos científicos do seu trabalho, é tanto mais forte quanto maior for o compromisso deontológico da profissão, quanto mais densa for a sua consciência e autonomia crítica e quanto mais seguro for o seu compromisso com a responsabilidade social.

Contudo, é impossível pensar este debate sem pensar as questões que ficam em aberto sobre o futuro do campo da sociologia em Portugal. Se é verdade que a sociologia conseguiu acompanhar o processo de profunda mudança social e institucional que o 25 de Abril e a mudança de regime trouxeram ao país e à nossa sociedade (Pinto, 2004: 21), também é verdade que, sobre ela, continuam hoje a recair grandes desafios. A preocupação de José Madureira Pinto (2004) sobre a impossibilidade de “consolidar dinâmicas científicas progressivas sem um criterioso e continuado apoio financeiro do Estado às universidades” está hoje cada vez mais visível com os cortes orçamentais na educação e na investigação científica.

Além disso, a sociologia continua a ter um enorme campo de potencialidades ao nível da análise e intervenção sobre as desigualdades sociais que persistem e se complexificam na sociedade contemporânea. E também, naturalmente, na articulação do conhecimento sociológico com outras áreas técnicas ou científicas, estimulando a diluição das fronteiras entre problemas técnicos e problemas sociais (Pinto, 2004) e multiplicando as experiências, tão necessárias, de interdisciplinaridade. Além disso, como esclarece José Madureira Pinto (2004: 24), “está igualmente ao seu alcance [dos sociólogos] formular um conjunto de problemas que, noutros entendimentos, ou não existem ou são recalcados”. Mas na afirmação do “ofício de sociólogo” isso nunca se fará sem uma atitude reflexiva autocrítica capaz de contrariar as armadilhas do empirismo e as tentações para o distanciamento próprio do modo de conhecimento escolástico (*idem*, 2004: 26). Estas e outras potencialidades precisarão, certamente, de uma enorme capacidade da academia e de os sociólogos no seu conjunto responderem às encruzilhadas com que o futuro da sociologia se começa a deparar. A capacidade central de manter e defender uma identidade científica, reflexiva e crítica que,

pelas provas que tem dado, não pode ser desprezada nem subalternizada no quadro das políticas públicas para a investigação.

Nos percursos, recursos e potencialidades futuras da sociologia, a direção parece-me que se mantém a mesma de sempre: conhecer melhor a sociedade em que vivemos, através de métodos rigorosos de investigação e de verificação da realidade social. Mas fazê-lo com aquilo que a sociologia tem de mais forte: uma consciência reflexiva e crítica capaz de pensar os fenómenos na sua totalidade, capaz de problematizar as relações de poder que neles se estabelecem, incluindo as condições de produção da prática sociológica, e assumir a responsabilidade de não ceder aos interesses que põem em causa o conhecimento da realidade. Mesmo que esse conhecimento seja tão incómodo, como a sociologia tantas vezes o é.

VI – Bibliografia

Bourdieu, Pierre (2003), *Questões da Sociologia*, Lisboa, Fim de Século.

Código Deontológico (1992), Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.

Costa, António Firmino da (1988), “Cultura profissional dos sociólogos”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5 (e (1990) *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século* (Actas do 1.º Congresso de Sociologia), I, Lisboa, APS e Editorial Fragmentos), pp. 107-124

Costa, António Firmino da (1993), “Prática sociológica e deontologia profissional dos sociólogos”, *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia), II, Lisboa, APS e Editorial Fragmentos, pp. 171-178

Costa, António Firmino da (2004), “Será a sociologia profissionalizável?”, em Carlos Manuel Gonçalves, Eduardo Rodrigues e Natália Azevedo (orgs.), *Sociologia no Ensino Superior: Conteúdos, Práticas Pedagógicas e Investigação*, Porto, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 35-59.

Giddens, Anthony (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.

Lenoir, Rémi (1996), “Objecto sociológico e problema social”, em Patrick Champagne e outros, *Iniciação à Prática Sociológica*, Petrópolis, Vozes, pp. 59-106

Machado, Fernando Luís (1996), “Profissionalização dos sociólogos em Portugal: contextos, recomposições e implicações”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, pp. 43-103.

Nunes, Adérito Sedas (1982), “Sobre o problema do conhecimento nas ciências sociais”, *Cadernos GIS*, Lisboa, ICS, pp. 7-36.

- Pinto, José Madureira (2004), “Formação, tendências recentes e perspectivas recentes de desenvolvimento da sociologia em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 11-31.
- Pinto, José Madureira (1994), *Proposta para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento.
- Silva, Augusto Santos (1986), “A ruptura com o senso comum nas ciências sociais”, em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 29-53.
- Touraine, Alain (1973), *Production de la Société*, Paris, Seuil.

Anexo

Tabela 1: Parâmetros de caracterização profissional, científica e educacional dos sociólogos entrevistados

| Parâmetros Entrevistado | Grau académico em Sociologia | Instituição (ano) | Outras formações | Contextos organizacionais de trabalho | Profissão atual ou última e situação na profissão | Participação em projetos de investigação científica |
|----------------------------|------------------------------|--|--|---|--|---|
| Carla | Licenciada | UBI (1992) | – Formação e avaliação de projetos; SPSS, Excel, informática – Mestranda em Gerontologia | – Trabalho comunitário e intervenção social – Projetos autárquicos – IPSS | Efetiva num lar de idosos | ---- |
| Maria | Licenciada | ISCTE – IUL (1994) | – Ligação entre a sociologia e a pedagogia – Coordenação de animação sociocultural e ocupação dos tempos livres | – Docente de Sociologia no ensino secundário | Professora contratada | ---- |
| Joana | Licenciada | ISCTE – IUL (1987) | – Formação em igualdade de género, teatro do oprimido – Técnicas de expressividade e gestão de conflitos – Competências para a gestão e prevenção da violência | – Trabalho comunitário – Intervenção social – Estatística | ---- | ---- |
| Vera | Licenciada | FEUC/UC (2001) | ---- | – Assistente de investigação científica – Atividade parlamentar | Deputada à AR | Assistente de investigação num projeto de investigação do Centro de Documentação do 25 de Abril |
| Rúben | Licenciado Doutorando | FLUP – UP (2008) FEUC – UC (atualmente) | – Formação em intervenção social utilizando as artes performativas | – Teatro participativo – Intervenção social e comunitária – Atividade parlamentar | Bolseiro da FCT para tese de doutoramento | – Vários artigos e capítulos de livros publicados na área da sociologia e do teatro do oprimido |
| João | Licenciado Mestre | UBI (1994) UBI (1998) | – Gestão e coordenação de projetos | – Projetos de intervenção social numa autarquia | Efetivo numa autarquia | ---- |
| Mariana | Licenciada | ISCTE – IUL (1985) | – Pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos | – Gestão de recursos humanos – Gestão universitária | Gestão de uma faculdade. Cargo equiparado a chefe de divisão. Efetiva. | ---- |